

50.359.235/0001-42

PRIMESTORE COMERCIO DE  
INFORMATICA LTDA

AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA  
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA  
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO – FAPEX  
SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2025  
DATA: 22/01/2025 às 09:10 horas.  
LOCAL: <https://bll.org.br>

Pregoeiro Responsável,

A PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.359.235/0001-42, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que declarou vencedora a, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

## DO MÉRITO

o final da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, o respeitável Pregoeiro desclassificou a EMPRESA RR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI como arrematante do item de forma correta, mas posteriormente reclassificou-a após diligência. Contudo, essa decisão não deve prosperar, pois a proposta apresentada não atende integralmente às exigências estabelecidas no Edital, conforme se demonstra a seguir:

Ao analisar os itens 01 observamos que o equipamento ofertado não atende a exigências específicas descritas no **Termo de Referência (TR)** e **Edital**. A especificação técnica detalhada para o item exige características adicionais que não foram contempladas nas propostas da empresa, como:

### Desatendimento às Exigências do Edital:

Exigência de atestado de capacidade técnica

*Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão do interessado para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da seleção pública – Atestado de Capacidade Técnica, especificadas no item **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, do Termo de Referência.*

A qualificação técnica exige comprovação de aptidão do interessado para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da seleção pública – Atestado de Capacidade Técnica, conforme especificado nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS do Termo de Referência. A empresa apresentou diversos atestados de peças e materiais não similares ao produto ofertado, mas não apresentou nenhum que comprovasse o fornecimento de SERVIDOR DE REDE.

50.359.235/0001-42

PRIMESTORE COMERCIO DE  
INFORMATICA LTDA

AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA  
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA  
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245

Assim, é evidente que a empresa apresentou atestados de capacidade técnica em total desacordo com as exigências editalícias.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A licitante deverá ainda apresentar declaração emitida pelo fabricante, comprovando ser revenda autorizada e que está apta a comercializar os produtos objeto do **edital endereçada a Fapex mencionando o número do pregão;**

**GARANTIA**

Todos os termos desta garantia devem ser comprovados através de **declaração do fabricante do equipamento;**

Como se pode observar, no subitem acima relacionado, ressalta-se a importância do vínculo do Fabricante com a empresa que fornecerá o suporte técnico ao equipamento. Desta forma, ao analisar os documentos apresentados pela empresa arrematante, verifica-se que a empresa não apresentou a comprovação exigida em referência, não atendendo aos subitens.

**Desatendimento a especificação técnica :**

HPE DL30G11 WINDOWS SERVER STD 2022

Nossas considerações : Não existe modelo **"DL30G11"** ! A Recorrida não inclui informação correta do modelo ou forneceu algum catálogo , nem mesmo na resposta a diligência . Supondo que o modelo a ser ofertado seria o DL380Gen11 , este não sai de fábrica com total de 12 Baías e nem com 2 slots no formato solicitado . Estes itens deveriam fazer parte da proposta da Recorrida , mas não foram inclusos.

**DO EDITAL**

O edital estabelece condições claras que devem ser seguidas por todas as licitantes. As propostas da licitante em questão não atendem a essas exigências, infringindo princípios licitatórios, como a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) mantém os princípios da antiga legislação, destacando a necessidade de observância estrita às normas editalícias, conforme prevê o artigo 5º:

*"Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência e da vinculação ao edital."*

Ademais, a lei também prevê a responsabilização do agente público por atos que possam prejudicar o certame, conforme o artigo 8º.

*Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.*

Além disso, o Decreto nº 10.024/19 reitera a importância da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, não permitindo que a Administração exija mais ou menos do que o previsto.

*“Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.*

*§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.”*

Segundo Fernanda Marinela1:

*“O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais e nem menos do que está previsto nele. Por essa razão é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da Lei.”.*

O que se assevera acima está na mesma esteira do que já foi, inclusive, exaustivamente firmado pelo Judiciário:

*“EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O princípio da vinculação ao edital impõe que a Administração e os licitantes respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certame é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 3. Agravo de Instrumento não provido. (TJMS – AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019).”*

No âmbito dos procedimentos licitatórios, o desrespeito às condições estabelecidas no instrumento editalício e seus correlatos acaba por consubstanciar golpe fatal à máxime principiológica da vinculação ao instrumento convocatório, que, consoante da douda lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>2</sup>:

*“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. (...)”*

## DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos expostos, é evidente que a proposta da empresa RR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI não atende às exigências técnicas descritas no Edital e no Termo de Referência, motivo pelo qual solicitamos a revisão da decisão da Comissão Permanente de Licitação e a reanálise das propostas, com a devida **DESCCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA para o item.**

Por fim, requer-se a reavaliação das propostas conforme as exigências técnicas estabelecidas, garantindo o cumprimento das condições de qualidade e especificações exigidas para o bom desempenho dos serviços a serem contratados.

O desrespeito às condições estabelecidas no edital é um fator que compromete a integridade do processo licitatório. Como já decidido por jurisprudência, o não atendimento às exigências editalícias implica desclassificação, conforme ementa do TJMS:

*“A desclassificação do licitante que não atendeu às exigências do edital é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.”*

No que tange ao princípio do julgamento objetivo, a Administração deve avaliar as propostas estritamente conforme os critérios definidos no edital.

Atenciosamente,

PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.